

Parecer nº 149/99

Data: 1999.09.22

Processo nº 607

Requerente: Direcção Regional da Educação da Região Autónoma dos Açores

1. A Directora Regional da Educação da Região Autónoma dos Açores vem requerer o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos sobre a possibilidade de acesso pelo Conselho Directivo da Escola Básica 2/3 Canto da Maia, de Ponta Delgada, a um processo de averiguações instaurado por aquela Directora a esta Escola, em 14 de Janeiro de 1999, e arquivado pouco depois, por despacho da mesma Directora, em 23 de Fevereiro de 1999.

O processo foi instaurado para apuramento de factos constantes de relatório médico, o qual referia que um aluno daquela Escola, identificado no relatório, teria sofrido uma «exposição sexual traumática», recaindo a suspeita sobre um funcionário da mesma Escola. E foi posteriormente arquivado por não terem sido apurados factos que indiciassem prática de infracção disciplinar.

Entretanto, em 19 de Abril de 1999, o Conselho Directivo da Escola Básica 2/3 Canto da Maia veio requerer junto da Direcção Regional «que lhe seja facultado o acesso ao referido processo, a fim de tomar conhecimento do conteúdo das investigações».

2. O pedido formulado pela Direcção Regional da Educação levanta basicamente duas espécies de questões. A primeira consiste em saber se os documentos incluídos no processo de averiguações podem ser qualificados como documentos de acesso reservado aos titulares dos dados, com naturais limitações quanto ao acesso pretendido por terceiros. Em caso afirmativo coloca-se uma outra questão, ou seja, a

de saber se a Escola dispõe de algum título especial que lhe legitime a consulta de documentos de acesso reservado.

3. Em primeiro lugar, se olhássemos em abstracto para os factos objecto do processo de averiguações teríamos de os incluir na reserva da intimidade da vida privada. Por esta razão, a despeito da sua efectiva ocorrência material, os documentos que lhes fazem referência - identificando pessoas, descrevendo situações, enumerando diligências de investigação - contêm dados pessoais relativos a determinadas pessoas, devendo, por isso mesmo, ser qualificados como documentos nominativos nos termos do artigo 4º da Lei de Acesso aos Documentos da Administração (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações das Leis nºs. 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho).

Esta qualificação dos documentos incluídos no processo de averiguações comporta várias consequências. Uma delas é a de que os terceiros não podem ter acesso aos dados pessoais de outrem contidos em documentos nominativos. Assim, ficaria desde logo excluído que, enquanto terceiro, a Escola pudesse aceder aos documentos através de consulta gratuita do processo nos serviços da Direcção Regional. Por outro lado, a lei prevê que os documentos nominativos deverão ser objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa a matéria reservada. Neste caso, depois de ter rasurado ou sombreado os dados pessoais, caberia à Direcção Regional da Educação transmitir à Escola, através de certidão, fotocópia ou qualquer outro meio de reprodução, todos os documentos constantes do processo.

Caso a comunicação parcial seja possível levanta-se ainda o problema da delimitação rigorosa da matéria reservada. Nalguns casos essa delimitação é feita de maneira totalmente objectiva. É o que acontece designadamente com a identidade do aluno e do funcionário envolvidos. Noutros casos, porém, a delimitação dos dados pessoais depende também do contexto e do grau de conhecimento das entidades intervenientes. Assim, não é indiferente saber se os órgãos dirigentes da Escola já conhecem os motivos e o objecto do processo de

averiguações. Porque se não conhecem é possível que a transmissão desta informação sirva indirectamente para identificar as pessoas envolvidas, contrariando, assim, os objectivos da lei. Por outro lado, se já conhecem aqueles dados pode muito bem suceder que as informações acerca das diligências de investigação venham a desempenhar a mesma função indiciária. Finalmente, se os órgãos escolares têm conhecimento seguro da identidade das pessoas envolvidas, desejando apenas saber os pormenores das diligências de investigação, então não há qualquer razão para lhes negar a consulta integral do processo.

De qualquer maneira, face às circunstâncias do caso concreto só a própria Direcção Regional da Educação poderá dizer qual destes pontos de vista, segundo as regras da experiência comum, será o mais adequado para garantir a protecção dos dados pessoais de terceiros.

4. Em segundo lugar, cabe esclarecer se a Escola Básica 2/3 Canto da Maia não detém afinal um interesse directo, pessoal e legítimo no acesso aos dados pessoais, ou se não dispõe mesmo da faculdade de aceder por via administrativa aos documentos detidos por outro serviço da Administração.

Estas duas subquestões podem ser tratadas conjuntamente. Desde logo, a LADA não pretende que a comunicação de documentos nominativos entre os serviços da Administração seja feita sem quaisquer restrições. Se assim fosse, não se compreenderia que tenha atribuído competência a esta Comissão para «dar parecer sobre a comunicação de documentos nominativos entre serviços e organismos da Administração em caso de dúvida sobre a admissibilidade dessa revelação (...)» [artigo 20º, nº 1, alínea d)]. Por outro lado, isto não significa que estes serviços e organismos devam ser tratados como os terceiros particulares. Assim, quando não houver dúvidas sobre a admissibilidade da sua revelação e ressalvados os «casos em que o acesso deva ser autorizado nos termos da Lei nº 67/98, de 26 de Outubro» (*ibidem*), a regra será mesmo a da transmissão directa de documentos nominativos entre os serviços interessados. Simplesmente, numa Administração que se move no interior do sistema de direitos fundamentais, não deverá haver dúvidas; ou seja, a

Administração deverá estar certa que o seu procedimento, ditado embora pela satisfação adequada e oportuna do interesse público, não atinge as posições ou interesses protegidos pela reserva no acesso aos dados, ou, pelo menos, não os atinge de forma desproporcionada. Acresce que não é fácil aplicar a cláusula do «interesse directo, pessoal e legítimo» aos diversos órgãos e serviços administrativos. A serviços integrados em organizações colectivas, que prosseguem interesses alheios, por vezes de toda uma colectividade, não é rigoroso nem realista exigir que detenham um interesse directo e pessoal no acesso aos documentos. Quando muito a exigência de um interesse legítimo poderá ser convertida na prossecução legal, pelo respectivo serviço, de uma necessidade pública específica.

Ora, se olharmos para o requerimento apresentado pela Escola dificilmente veremos satisfeitas estas exigências mínimas. Sabemos apenas que esta entidade, através do respectivo Conselho Directivo, pretende o acesso ao processo de averiguações «a fim de tomar conhecimento do conteúdo das investigações». Em contrapartida, não sabemos se este acesso se destina a satisfazer qualquer necessidade pública específica consagrada por lei; não sabemos qual o grau de conhecimento do Conselho Directivo no que toca aos dados pessoais constantes do processo; não sabemos se existem quaisquer garantias de não divulgação dos dados em causa pelo resto da comunidade escolar; e, portanto, não estamos em posição de assegurar que a divulgação de quaisquer dados pessoais não venha a constituir um sacrifício irreparável para as posições ou interesses protegidos pela reserva da intimidade da vida privada das pessoas envolvidas.

5. Podemos, agora, extrair as seguintes conclusões:

- 1ª A Escola Básica 2/3 Canto da Maia tem o direito de aceder aos documentos constantes do processo de averiguações, na parte que não contenha dados pessoais protegidos pela reserva da intimidade da vida privada;

- 2ª Cabe à Direcção Regional da Educação facultar àquela Escola o referido acesso, procedendo, após expurgo dos dados pessoais, à comunicação parcial dos documentos através da respectiva certidão ou reprodução;
- 3ª Os dados pessoais em causa compreendem, desde logo, a identidade do aluno e do funcionário mencionados no relatório médico, mas também todos os outros elementos que, face às circunstâncias do caso e segundo as regras da experiência comum, possam contribuir para a identificação de pessoas ou o conhecimento de episódios abrangidos pela reserva de intimidade da vida privada;
- 4ª O acesso aos dados pessoais constantes do processo de averiguações poderia ou poderá ainda ser facultado, designadamente através da respectiva consulta junto dos serviços da Direcção Regional da Educação, se através desse acesso a Escola Básica 2/3 Canto da Maia vier a satisfazer uma necessidade pública específica consagrada na lei, desde que tal procedimento não sacrifique as posições ou valores protegidos pela reserva da intimidade da vida privada, ou, pelo menos, não os sacrifique de maneira desproporcionada.

Lisboa, 9 de Setembro de 1999.

Vasco Almeida (Relator) – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)